



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Jornal da Cidade - 13/02/2016

# TJ/SE informa que já julgou pedido de urgência contra aumento do IPTU

Tribunal divulgou nota afirmando que pedidos cautelares em ações já foram analisados

Um dia depois da Ordem dos Advogados do Brasil em Sergipe apresentar pedido de urgência ao Tribunal de Justiça para julgamento das ações contra o aumento do IPTU de Aracaju, o Poder Judiciário estadual emitiu nota em que informa que o pleno já apreciou e julgou os pedidos de medidas cautelares do Ministério Público e do PSB, declarando a constitucionalidade da lei que atualizou a planta genérica de valores de imóveis do município da capital.

O TJ informa que após o julgamento dessas medidas cautelares os embargos de declaração apresentados pelo PCdoB foram considerados prejudicados e que a ação de autoria da OAB/SE, única que não requereu o rito de medida cautelar, submeteu-se “ao rito comum de processamento, tendo a sua tramitação continuada com último movimento gerado no dia 03.02.2016, estando os autos de posse do Ministério Público para emissão de parecer final”.

“É importante informar que a tramitação das referidas ADIs



Divulgação

DESIGNADO relator, desembargador Ricardo Múcio declarou-se impedido

sofreram interrupções, a primeira para que fosse resolvido um conflito de competência e a segunda, após o relator originário, desembargador Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima, declarar-se impedido para processar e julgar as ações. O novo relator, desembargador Alberto Romeu Gouveia Leite, recebeu as ADIs no final do mês de maio de 2015, observando

o rito próprio de cada ADI proposta”, explica o Judiciário, em texto publicado na página do órgão na Internet.

## Elogiou

O pré-candidato a prefeito de Aracaju pelo PSB, Valadares Filho, elogiou a iniciativa da Ordem dos Advogados do Brasil em Sergipe por ter entrado com pedido de urgência no Tribunal de Justiça para

tramitação das ações que pedem a inconstitucionalidade da lei que reajustou o IPTU da capital.

“Quero parabenizar a postura do Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Sergipe, que cobrou publicamente uma definição quanto às ações diretas de inconstitucionalidade que tramitam no Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe questionando o reajuste abusivo do IPTU”, afirmou.

“Respeitamos a decisão da Justiça sergipana, mas estamos confiantes com a postura adotada pela OAB, que irá solicitar do TJ/SE o julgamento da ação já proposta pela Ordem”, complementou.

Valadares Filho lembrou que o PSB se comprometeu a promover uma revisão técnica sobre os valores majorados do imposto. “Aproveito para reafirmar que o plano de governo do PSB para a capital irá propor uma revisão técnica e muito responsável do IPTU, eliminando qualquer tipo de abuso nos percentuais estabelecidos de aumento do imposto”, pontuou.